

AGÊNCIA EPISTÊMICA DE GRUPOS – CONHECIMENTO, INTERESSE E RACIONALIDADE

Epistemic group agency – Knowledge, interests and rationality

José Leonardo Annunziato Ruivo*

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo investigar a dimensão social do conhecimento a partir do enfoque analítico. Podemos marcar tal programa de pesquisa a partir de duas condições: (i) investigar o impacto das práticas sociais na aquisição de conhecimento em continuidade com a epistemologia tradicional; (ii) visando a infiltração da vida prática sobre o conhecimento. Alvin Goldman em seu livro *Knowledge in a Social World* (1999) lançou as bases desse campo de investigação. Contudo, tal projeto vinculava-se a agentes epistêmicos individuais. Nesse sentido, em se tratando de grupos, buscaremos responder aos seguintes questionamentos: a estrutura institucional dos grupos pode afetar a performance epistêmica? E, em caso positivo, como? Nosso percurso iniciará com o dilema discursivo a fim de montarmos o problema. A seguir analisaremos duas respostas possíveis: uma tendo como meta o enfoque na racionalidade das instituições e, outra, visando o conhecimento produzido pelas mesmas. Por fim discutiremos algumas comparações entre o trabalho de Christian List (2011) e Kevin Zollman (2011) sobre a relação entre organização institucional dos grupos e a influência dessa no desenvolvimento de metas epistêmicas.

Palavras-chave: Epistemologia Social, Agência Epistêmica, Conhecimento, Racionalidade

Abstract: The present work aims to investigate the social dimension of knowledge with an analytical approach. This kind of approach has two conditions: (i) investigate the impact of social practices in knowledge acquisition in continuity with traditional epistemology; (ii) considering the influence of social practices over knowledge. In *Knowledge in a Social World* (1999), Alvin Goldman point the foundations of this field of research. However, this project was linked to the individual epistemic agents. Accordingly, in the case of groups, we will seek to answer the following questions: the institutional structure of groups can affect the performance epistemic? And, if so, how? We will start with the discursive dilemma in order to set up the problem. Below we will analyze two possible answers: one with a target focus on the rationality of institutions and another, seeking the knowledge produced by them. Finally we discuss some comparisons between the work of Christian List (2011) and Kevin Zollman (2011) about the relationship between the institutional organization of the groups and the influence of this on the development of epistemic goals.

Keywords: Social Epistemology, Epistemic Agency, Knowledge, Rationality

* Mestrando em Filosofia pela PUCRS – Contato: jleonardo.ruivo@gmail.com

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.6 – Nº.1	Junho 2013	p.65-78
-----------------	-------------------	--------------	--------------	---------------	---------

Montando o problema

Comumente atribuímos agência epistêmica a grupos. Podemos observar em jornais, revistas ou no discurso coloquial enunciados do tipo: “A PUC/RS produz conhecimento” ou “O Senado sabe o que é melhor para o Brasil”, para darmos dois exemplos. Mas, filosoficamente falando, quais são as condições desse tipo de atribuição? Assim, desenvolvendo o conceito de atribuição de agência epistêmica a grupos, alguns problemas surgem. Podemos destacar três dificuldades principais, para as quais procuraremos apontar algumas respostas: 1) buscar uma unidade para a noção de agência epistêmica sem perder de vista a epistemologia tradicional; 2) estabelecer uma relação entre a noção de agência epistêmica coletiva e a noção de crença coletiva, uma vez que essas noções recebe diversas – e por vezes problemáticas – interpretações que precisam ser explicitadas e unificadas; 3) analisar o problema filosófico da relação entre agência epistêmica coletiva e meta epistêmica coletiva, procurando mostrar uma solução para a questão enfatizando o segundo conceito.

No que diz respeito aos dois primeiros problemas podemos destacar algumas dificuldades específicas. Na epistemologia tradicional o conceito de crença é atribuído a indivíduos e possui três características centrais: é um estado mental, disposicional e com um conteúdo proposicional. Nesse sentido agentes epistêmicos possuem três atitudes em relação a uma crença qualquer p : crer que p , não crer que p , suspender o juízo em relação a p . Além disso, nesse quadro tradicional, somente agentes epistêmicos podem ser avaliados de acordo com a meta epistêmica, tradicionalmente reconhecida como a busca por verdades e o afastamento de falsidades.

Recentemente o projeto da Epistemologia Social tem encontrado dificuldades em determinar a natureza de uma crença coletiva ao buscar manter esses pressupostos. Se um grupo pode ser um agente epistêmico, é porque podemos atribuí-lo a noção de crença. Contudo, como podemos dizer que um grupo possui uma crença se tradicionalmente, para existir crença, é necessário que exista um sujeito com mente? Ou seja, qual o estatuto ontológico da crença coletiva? Uma estratégia é dizer que a crença coletiva é formada pela decisão dos membros do grupo envolvido. Mas então surge um segundo problema: se a noção tradicional de crença implica um estado disposicional, como fugir da ideia de que esse tipo de crença é formada voluntariamente – trata-se do problema do voluntarismo doxástico. Nesse sentido fica evidente, em primeiro lugar, a necessidade de uma formulação de crença coletiva que consiga, de modo consistente, fugir a essas críticas sob o risco de um ceticismo a atribuição de agência epistêmica a grupos; cujo resultado seria a impossibilidade de avaliarmos um grupo epistemicamente em relação as metas que ele possui.

Consideraremos, como hipótese, ser possível encontrar uma definição unificada para a noção de agência epistêmica, a despeito do seu tratamento tradicional de algumas obras que tratam do tema¹.

¹ Sobre a tensão entre atitudes doxásticas que favorecem metas epistêmicas ver ENGEL, P. “On the very ideia of epistemic agency”. In: CARO, M; EGIDI, R. *The architecture of Knowledge: epistemology, agency and science*. Roma: Roma Tre Università Degli Studi, 2010. p. 135-157: Se, por um lado, a aquisição de habilidades,

Para tanto, é necessário, sem dúvida, uma cuidadosa análise conceitual que permita perceber as dificuldades teóricas inerentes ao tema e suas possíveis soluções. Além disso, consideramos que o conceito de agência epistêmica coletiva é de grande importância para a fundamentação de um projeto analítico em Epistemologia Social, em particular no olhar para a avaliação de metas epistêmicas de instituições.

1. Crenças individuais e crenças coletivas

O conceito de agência epistêmica coletiva é uma das questões fundamentais no projeto da Epistemologia Social. Desde seu projeto inicial estabelecido por Alvin Goldman em *Knowledge in a Social World*² o problema é considerado sob o seguinte aspecto: como, a partir dos pressupostos da Epistemologia Tradicional, com foco no indivíduo, investigar o impacto das práticas sociais na aquisição e produção de conhecimento? Ou seja, a dificuldade inicial é a transposição de conceitos como crença, conhecimento e agência epistêmica para o cenário social, considerando enquanto critério de análise central de metas coletivas a aquisição de verdades e o afastamento de falsidades, e não somente o interesse. É por esse motivo que tal empreitada distingue-se das propostas revisionista e expansionista; enquanto uma pretende modificar os conceitos da Epistemologia Tradicional, a segunda pretende expandi-los. A proposta de pesquisa alinha-se com a de Goldman, caracterizada enquanto preservacionista – pretende manter uma relação direta com o campo de análise tradicional³.

Assim, como buscar uma unidade para a noção de agência epistêmica que abarque indivíduos e grupos? Tradicionalmente o conceito de crença proposicional é atribuído a indivíduos por conta de duas características fundamentais: trata-se de um estado mental e disposicional. É um estado mental porque o tipo de agência epistêmica aqui diz respeito a três atitudes: concordar, discordar ou suspender o juízo. Por sua vez, é disposicional porque não tenho controle sobre boa parte das minhas crenças⁴ Raul Hakli⁵, aponta, considerando as seguintes afirmações:

- (1) Conhecimento implica em crença;
- (2) Grupos não podem ter crenças;
- (3) Grupos podem ter conhecimento.

competências e disposições otimizam a meta epistêmica, tal não parece compatibilizar agência epistêmica e crença. Por outro lado a condução da investigação, coleta de evidências e interações cognitivas diversas otimizam metas epistêmicas, embora pareça compatibilizar agência epistêmica e crença, isso não é reconhecido pela Epistemologia Tradicional.

² GOLDMAN, A. *Knowledge in a Social World*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

³ GOLDMAN, A. “Why social epistemology is real epistemology”. In: HADDOCK, A; MILLAR, A; PRITCHARD, D. (Eds.). *Social Epistemology*. Oxford. Oxford UP, 2010. p. 1-28

⁴ ALSTON, W. “The Deontological Conception of Epistemic Justification”. In: ALSTON, W. *Epistemic Justification; Essays in the Theory of Knowledge*. Ithaca: Cornell University Press, 1989. P. 115-152.

⁵ HAKLI, R. “On the possibility of group knowledge without belief”. *Episteme: A Journal of Social Epistemology* 4 (2), 2007, p. 249-266.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.6 – Nº.1	Junho 2013	p.65-78
-----------------	-------------------	--------------	--------------	---------------	---------

As três afirmações, embora plausíveis, não podem ser assumidas sem contradição. Nesse sentido recentemente podemos observar o debate sobre três perspectivas. A primeira, aqueles que defendem a noção não-somatória, influenciados por autoras como Margaret Gilbert⁶ ou Deborah Tollefsen⁷ buscarão um novo conceito de crença, uma vez que assumem (1) e (3), negando (2); ou seja, grupos podem ter conhecimento e a noção de crença proposicional deve ser alargada para que possa ser atribuída tanto a sujeitos individuais quanto a sujeitos plurais. Por sua vez os rejeicionistas assumem (2) e (3), negando (1); ou seja, a partir de um outro conceito, autores como Raimo Tuomela⁸ e Hakli⁹ irão argumentar que grupos podem ter conhecimento mas que não possuem crença (porque essa só pode ser atribuída a indivíduos). Eles partem da noção de aceitação¹⁰ mas, diferentemente do contexto tradicional aonde essa noção foi formulada¹¹, buscam mostrar como aceitação pode, assim como a crença para indivíduos, funcionar como condição necessária para o conhecimento.

A posição tradicional, por sua vez, irá assumir (1) e (2), negando (3). Essa é a tese de Goldman¹² onde a noção de testemunho ocupa papel fundamental: crenças são atribuídas a indivíduos e só esses são conhecedores legítimos, ainda que por testemunho a informação possa ser transmitida de modo confiável¹³.

Tal como Felipe Muller¹⁴ apresenta, essa discussão enfrenta problemas sérios porque obriga um enfrentamento direto entre a Epistemologia Tradicional e a Sociologia do Conhecimento. Nesse sentido, manter os pressupostos tradicionais parece implicar em um certo ceticismo quanto a atribuição de crenças ou de conhecimento a grupos em geral. Nas palavras de Frederick Schmitt, as proposições pressupostas que produzem essa aporia são:

⁶ A visão da autora foi exposta pela primeira vez em GILBERT, M. *On social facts*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1989. Também aplica sua visão aos grupos científicos em GILBERT, M. “Collective belief and scientific change.” In GILBERT, M. (Ed) *Sociality and responsibility: New essays in plural subject theory*. Lanham, MD: Rowman and Littlefield Publisher, 2000. Autora retoma sua defesa da noção de crenças coletivas em: GILBERT, M. “Collective Epistemology”. *Episteme: A Journal of Social Epistemology* 1 (3), 2004, p. 95-107.

⁷ TOLLEFSEN, D. “Collective epistemic agency”. *Southwest Philosophy Review* 20 (1), 2004, p. 55-66.

⁸ TUOMELA, R. “Group Knowledge Analyzed”. *Episteme: A Journal of Social Epistemology* 1 (3), 2004, p. 109-127.

⁹ HAKLI, R. “On the possibility of group knowledge without belief”. *Episteme: A Journal of Social Epistemology* 4 (2), 2007, p. 249-266.

¹⁰ COHEN, L. J. *An essay on belief and acceptance*. Oxford: Clarendon Press, 1992.

¹¹ Sobre uma apresentação precisa das inúmeras distinções entre estados doxásticos, dentre eles, crença e aceitação, ver ENGEL, P. “Trust and the doxastic family” In: *Philosophical Studies*. 161 (1), 2012, p. 17-26.

¹² Goldman, 2004.

¹³ Nesse sentido, Martin Kusch aponta que o interesse dos preservacionistas são as fontes internas do conhecimento, e não com fontes externas como o testemunho ou interação entre especialistas. KUSCH, Martin. *Knowledge by agreement: The programme of communitarian epistemology*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

¹⁴ Ver: MULLER, F. M. ‘Conhecimento Coletivo em Perspectiva’. In BAVARESCO, A.; RODRIGUES, T; VILLANOVA, M. (Orgs.). *Projetos de Filosofia II*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012a. PP. 68-91. E, MULLER, F. M. “Conhecimento de Grupo”. In: MULLER, F. M.; RODRIGUES, T. (orgs). *Epistemologia social: dimensão social do conhecimento*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012b. P. 118-136

[...] o psicologismo sobre crença: um sujeito pode ter uma crença somente se ele tem uma mente. Esta visão segue (logicamente suficiente) da afirmação de que uma crença é um estado mental. A outra visão é o antipsicologismo sobre grupos: um grupo não tem uma mente. As duas visões juntas acarretam que grupos não têm crenças¹⁵

Por outro lado, abrir mão desses pressupostos, mesmo que explique melhor o fenômeno de atribuição de conhecimento ou crença a grupos, o faz de modo aparente porque enreda-se em problemas para a construção de uma teoria consistente. Particularmente enfrenta dois problemas: como um grupo pode formar crenças sem cair no problema do voluntarismo doxástico? E, como um grupo pode ter crenças se não possui uma mente tal como indivíduos?¹⁶

Nossa proposta aqui é buscar uma alternativa a essa discussão. Trata-se de seguir a vida preservacionista, mas focando como o modo de organização de grupos influencia a produção de propriedades epistêmicas. Nas palavras de Christian List,

Here I set aside the broader question of whether groups can be fully fledged agents, and focus instead on the narrower question of how they perform as epistemic agents, i.e. how they perform at acquiring beliefs or knowledge. [...] Whether or not they are capable of forming such beliefs depends on their (formal or informal) institutional structure. [...] But if a group's institutional structure allows the group to make certain public declarations, then that group may well count as an epistemic agent capable of acquiring beliefs or even knowledge.¹⁷

Não se trata de negar a discussão sobre a natureza lógica e ontológica dos grupos mas sim de uma mudança de ponto de partida: a aposta a longo prazo é a partir de um estudo de Epistemologia Social de Orientação Sistêmica. Tal proposta possui várias frentes, seja na consideração da natureza ontológica de entidades sociais, seja na determinação do funcionamento dessas entidades na medida em que podemos nos perguntar em que medida elas produzem conhecimento ou em que medida promovem o erro¹⁸. Assim, ao invés de investigar valores sociais internos às instituições, ou às relações sociais entre instituições que produzem conhecimento, ou mesmo no caráter epistêmico que a confiança e o testemunho podem desempenhar¹⁹ o foco aqui pode ser formulado a partir da seguinte questão: como, se é que é possível, uma estrutura institucional afeta a performance epistêmica de grupos? Assim considerada, a questão se alinha no que podemos chamar de Epistemologia Social de Orientação Sistêmica (Systems-oriented Social Epistemology)²⁰.

¹⁵ SCHMITT, F. "The Justification of Group Beliefs". In SCHMITT, F. (Ed.). *Socializing Epistemology*. Lanham/MD: Rowman and Littlefield, 1994, p. 257-287. P. 260.

¹⁶ Embora situemos esses enquanto foco principal de desacordo, há outros como o problema de grupos existirem independentemente de indivíduos; ou o problema da noção de aceitação como condição necessária para o conhecimento. Sobre isso ver MULLER, 2012a.

¹⁷ LIST, C. "Group Knowledge and Group Rationality". In: GOLDMAN, A.; WHITCOMB, D. (ed). *Social Epistemology: Essential Readings*. Oxford: Oxford University, 2011. p. 221-241. P. 223

¹⁸ GOLDMAN, A. Group knowledge versus group rationality: two approaches to social epistemology. *Episteme: A Journal of Social Epistemology* 1 (2), 2004, p. 11-22.

¹⁹ ROLIN, K. 2008. "Science as Collective Knowledge". *Cognitive Systems Research* 9(1-2), p. 115- 124.

²⁰ GOLDMAN, A. "A Guide to Social Epistemology". In: GOLDMAN, A.; WHITCOMB, D. (ed). *Social Epistemology: Essential Readings*. Oxford: Oxford University, 2011. p. 11-37.

2. O Dilema Discursivo

Uma vez que a discussão das crenças coletivas parece redundar em um ceticismo, propomos uma outra via: verificar como propriedades epistêmicas são produzidas por instituições. Ou, nas palavras de Kent Staley: “queremos saber se o grupo está buscando coletivamente os objetivos epistêmicos ao aceitar uma proposição, e se o seu método de perseguir esses objetivos maximiza as chances de sucesso.”²¹. Para isso iremos partir da suposição de que grupos constituem agência epistêmica uma vez que produzem proposições. Tratar-se, então de verificar o modo como ela é produzida, ou seja, se é produzida a partir de algum consenso, votação, etc. e como esse arranjo influencia as propriedades epistêmicas.

Quando um grupo leva a público uma determinada proposição, podemos perguntar como ela foi produzida, a fim de compreender como a instituição se organiza. Nesse sentido, Goldman propõe a noção de grupos hierárquicos²² a partir da seguinte questão: será que grupos democráticos são melhores epistemicamente do que grupos hierárquicos? O autor defende que não, afinal, somente o último consegue compatibilizar autoridade intelectual e autoridade administrativa. Assim, quem se compromete publicamente com a proposição são os grupos hierárquicos, os gestores que se manifestam em nome do grande grupo.

Tal conclusão visa a discussão que Christian List e Philip Pettit²³ trazem a partir do chamado dilema discursivo. Tal dilema é montado formalmente a partir de uma situação de decisão qualquer. Podemos remontá-lo imaginando uma banca de seleção onde o funcionário contratado será avaliado com base em dois critérios A e B. A decisão da banca é como se segue:

	Critério A	Critério B	Decisão
Sujeito 1	Ok	Ok	Contratar
Sujeito 2	Ok	Não	Não Contratar
Sujeito 3	Não	Ok	Não Contratar
Grupo	Ok	Ok	Não Contratar / Contratar

²¹ STALEY, K. W. “Evidential Collaborations: Epistemic and Pragmatic Considerations in ‘Group Belief’”. *Social Epistemology* 21(3), 2007, p. 321–35. P. 331

²² Tal ideia aparece em seu trabalho pela primeira vez em GOLDMAN, A. *Knowledge in a Social World*. Oxford: Oxford University Press, 1999. E é retomada em GOLDMAN, A. Group knowledge versus group rationality: two approaches to social epistemology. *Episteme: A Journal of Social Epistemology* 1 (2), 2004, p. 11-22.

²³ Em LIST, C.; PETTIT, P. “Aggregating sets of judgments: an impossibility result”. In: *Economics and Philosophy*, 18 (1), 2002, p. 89-110. E também LIST, C.; PETTIT, P. “Aggregating Sets of Judgments: Two Impossibility Results Compared”. In: *Synthese*, 140 (1-2), 2004, p. 207-235.

O que os autores apontam é que, com base na posição individual de cada membro, duas estratégias podem ser seguidas. Se o grupo levar em consideração a conclusão, a decisão é a de “Não contratar” (com base na última coluna). Contudo o grupo pode seguir a estratégia das premissas: abrindo mão da coluna conclusão, o grupo observa as posições expressas na coluna “Critério A” e aquelas na coluna “Critério B”. Desse modo, a decisão do grupo seria “Contratar”. Esse dilema mostra que há uma inconsistência entre a posição individual estabelecida pelas premissas e a posição do grupo, estabelecida pela conclusão. Além disso, defendem os autores, esse tipo de dilema não se restringe ao voto majoritário - ele pode ser generalizado para qualquer tipo de processo de tomada de decisão. Esse dilema gera o teorema de que é impossível satisfazer as seguintes condições simultaneamente:

Domínio Universal: O procedimento aceita como admissível input qualquer combinação lógica possível de juízos individuais consistentes e completos sobre proposições.

Anonimato: Os juízos de todos os indivíduos possuem o mesmo peso na determinação de juízos coletivos.

Sistematicidade: O juízo coletivo sobre cada proposição depende unicamente de juízos individuais sobre a proposição, e o mesmo padrão de dependência é utilizado para todas as proposições.

Assim a primeira condição diz que cada juízo deve ser considerado individualmente, a segunda, de que um a um possui o mesmo valor e a terceira, da sistematicidade, diz que o mesmo padrão de avaliação deve ser utilizado para todos os juízos em questão.

De acordo com Goldman²⁴, o modelo que os autores defendem é falho porque, ao valorizar excessivamente processos de decisão democráticos perde de vista o desafio do conhecimento. Em suma, ao observar somente as condições de consistência List e Pettit estão considerando problemas de racionalidade das instituições. Contudo o desafio deve dizer respeito ao conhecimento ou verdade uma vez que essas são as metas propriamente epistêmicas. Nesse sentido, a posição de Goldman é a de que deve-se relaxar a condição do Anonimato, uma vez que o desafio não é visar a racionalidade das instituições, mas o conhecimento.

Now this [Anonymity] is na eminently plausible condition in any democratic framework, [...] It is much less clear, however, that such an assumption is appropriate for epistemology, even social epistemology. [...] This suggests that when it comes to epistemic matters, truth is of paramount importance. Rational aggregation principles of the sort List and Pettit present have insufficient bearing on the project of truth determination. It is precisely this feature that disables the conception as a suitable prototype for social epistemology.²⁵

²⁴ GOLDMAN, A. Group knowledge versus group rationality: two approaches to social epistemology. *Episteme: A Journal of Social Epistemology* 1 (2), 2004, p. 11-22.

²⁵ GOLDMAN, A. Group knowledge versus group rationality: two approaches to social epistemology. *Episteme: A Journal of Social Epistemology* 1 (2), 2004, p. 11-22. P. 15

Essa conclusão fortalece o ponto de que a performance epistêmica influencia a estrutura institucional, onde o modo como são agregados os juízos individuais para uma decisão coletiva deve ser levado em consideração. Assim, mesmo que Alvin Goldman faça uma opção em nome dos grupos hierárquicos²⁶ porque esse modelo fortalece o critério epistêmico de que a autoridade institucional deve ser conferida aos especialistas (ou seja, não deve se dar de forma democrática), ainda assim conseguimos estabelecer um primeiro passo em mostrar a relação entre a noção de agência epistêmica coletiva e a noção de crença coletiva.

3. Grupos, racionalidade e conhecimento

Como grupos podem, a partir de uma mesma função, responder aos desafios de racionalidade e de conhecimento? Ou seja, grupos podem, enquanto agentes serem avaliados de acordo com metas epistêmicas de racionalidade e conhecimento? A essa questão posta por Goldman²⁷, Christian List²⁸ buscará responder positivamente, enfrentando os dois desafios. Do ponto de vista da racionalidade, analisando as três condições (Domínio Universal, Anonimato e Sistemática), e levando em conta que o teorema aponta a impossibilidade de manter as três condições, pelo menos uma deve ser relaxada (afrouxada).

A condição “Domínio Universal” não deve ser relaxada. Uma vez que essa compete a considerar cada um dos juízos individuais, desconsiderá-la poderia minimizar a importância do desacordo. Isso porque, se pelo menos um juízo individual não for levado em consideração, não haveria problema em descartar aquele juízo que faria a situação de desacordo saliente.

A condição “Anonimato” que defende a igualdade de valor entre os juízos individuais, se relaxada, pode abrir espaço para procedimentos anti-democráticos. Ou seja, se um juízo individual pode ter valor maior que outro isso abre possibilidade que tal posição seja desconsiderada simplesmente com base na autoridade de um sujeito.

Considerando, por sua vez, relaxar a condição “Sistematicidade”, implica no grupo passar a tratar de modo diferente as proposições como, por exemplo, buscando a estratégia das premissas em detrimento da estratégia das conclusões, ou vice-versa.

²⁶ Essa opção é feita em nome do especialista: “The important point, however, is that a group’s intentional attitude is not some aggregate function of attitudes of all members of the group, e.g., not all citizens nor all executive branch employees. It is the relevantly authorized decision-makers whose attitudes most naturally represent, or stand in for, the corporate entity’s attitudes.” (GOLDMAN, 2004, p. 18)

²⁷ De acordo com Goldman, “The problem should be divided into two parts: identifying the flaw in the outcome and identifying flaws in the process responsible for the outcome. The first part is straightforward under the knowledge approach.” (GOLDMAN, 2004, p.18). Ou seja, falhas no processo dizem respeito a um problema de comunicação na instituição, e não um problema genuinamente epistêmico. Nessa seção buscaremos entretar essa conclusão.

²⁸ LIST, C. “Group Knowledge and Group Rationality”. In: GOLDMAN, A.; WHITCOMB, D. (ed). Social Epistemology: Essential Readings. Oxford: Oxford University, 2011. p. 221-241.

Há também a possibilidade de considerar relaxar duas condições, pensando em situações dinâmicas. Nesse caso List cogita abrir mão das condições “Sistematicidade” e “Anonimato”. Isso caracteriza a divisão de trabalho onde pode-se considerar um procedimento distribuído baseado nas premissas, ou seja, cada grupo de especialista iria considerar uma premissa somente. Após esse primeiro passo, o grupo julga coletivamente cada premissa através de voto majoritário sobre cada premissa, e o grupo fica responsável por derivar a conclusão.

Após analisar essas condições e a possibilidade de relaxar cada um dos critérios, List conclui que, sem levar em conta a performance epistêmica não há um critério suficiente para a agregação das proposições individuais. Nesse sentido, a crítica de Goldman é aceita pelo autor que irá explorar o dilema discursivo a partir da noção de conhecimento. Nesse sentido o problema é formulado levando em consideração a distribuição de autoridade a partir de três procedimentos diferentes:

[...] first, a dictatorial procedure, where the collective judgment is always determined by the same fixed group member; second, the unanimity procedure, where agreement among all group members is necessary for reaching a collective judgment; and third, majority voting, which perhaps best implements the idea of democratic judgment aggregation (at least in the case of a single proposition).²⁹

Assim será considerado em cada cenário, a título de análise, que um sujeito pode frente a uma proposição qualquer p , crer em P e P ser verdadeira ou não crer em P e P ser falsa, e considerando a primeira situação como uma situação de confiança positiva e a segunda, de confiança negativa, Petit apresentará diferentes cenários, modulando as condições (anonimato, sistematicidade e domínio universal) considerando a confiança produzida por cada uma dessas situações a partir dos três procedimentos citados acima.

O primeiro cenário diz respeito ao julgamento de uma proposição fatural simples. Comparando entre um procedimento ditatorial (onde um único sujeito é responsável por determinar qual proposição o grupo irá endossar), um procedimento de unanimidade, por acordo e um procedimento via voto majoritário, mais democrático, o autor aponta que por unanimidade o grau de confiança negativa aumenta, enquanto que o de confiança positiva diminui. Isso mostra que tal tipo de procedimento é atrativo em casos onde o grupo quer minimizar o risco como, por exemplo, em um júri. O procedimento ditatorial mostra-se bastante falho em distribuir a informação, uma vez que aquele responsável por determinar a posição do grupo concentra a informação disponível, podendo ou não repassá-la para os outros membros. Já o procedimento por voto majoritário mostra uma maximização da confiança, positiva e negativa do grupo na proposição p . Com isso o autor conclui que a democratização garante ganho epistêmico, conclusão que Goldman havia questionado uma vez que, de

²⁹ LIST, C. “Group Knowledge and Group Rationality”. In: GOLDMAN, A.; WHITCOMB, D. (ed). Social Epistemology: Essential Readings. Oxford: Oxford University, 2011. p. 221-241. P. 231.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.6 – Nº.1	Junho 2013	p.65-78
-----------------	-------------------	--------------	--------------	---------------	---------

acordo com o autor, quando consideramos grupos de especialistas a condição “anonimato” deveria ser relaxada³⁰.

O segundo cenário considerado modela a situação do grupo julgando proposições interconectadas, tal como $(p_1...p_n \rightarrow q)$, condicional a verdade de $(p_1...p_n)$. Em suma, são cenários onde é considerada não somente uma ou mais premissas, mas a conexão entre elas. Do ponto de vista lógico, poderíamos exemplificar o grupo decidindo sobre as seguintes proposições p , $p \rightarrow q$, q . Nesse caso, tanto o procedimento baseado nas premissas, na conclusão e o ditatorial maximizam a confiabilidade positiva e negativa do grupo sobre qualquer proposição. O procedimento da unanimidade, por sua vez, só é atrativo quando o grupo quer minimizar o risco de produzir juízos positivos falsos sobre a conclusão (ou seja, quando quer maximizar a confiança negativa). Contudo, é digno de nota que novamente o procedimento ditatorial é falho na distribuição de informação. A conclusão desse cenário é que há um ganho epistêmico na desagregação do procedimento de decisão.

O terceiro e último cenário modula a situação de diferentes indivíduos especialistas julgando várias proposições. Levando em conta que poderão haver problemas de recursos nesse tipo de situação (seja por falta de tempo, em uma decisão que exige imediaticidade, ou problemas na distribuição da informação...), é possível melhorar a estratégia das premissas? List nota que em tarefas epistêmicas complexas o grupo pode ter benefícios em subdividir a tarefa em várias tarefas menores, distribuindo-as entre os subgrupos. Isso parece salientar o caráter epistêmico da distribuição coletiva, defendido por autores como Knorr Cetina ou Ronald Giere³¹. Em suma, a conclusão que o terceiro cenário aponta é que há um ganho epistêmico na distribuição de tarefas.

Desse modo, observamos que, contrariamente aquelas conclusões de Goldman³² que apontavam que haveria ganho epistêmico somente quando considerada a autoridade do especialista (aonde a condição de Anonimato somente deveria ser relaxada), os cenários mostram que “there may be epistemic gains from democratization, disaggregation and distribution”³³. Contudo, deve-se considerar as metas epistêmicas e, então, o melhor modelo a ser empregado com vistas a esse fim.

Considerações finais

Buscamos mapear a discussão do projeto Preservacionista em Epistemologia Social, amarrando as discussões de crenças coletivas, agência epistêmica e metas epistêmicas. Focando nas

³⁰ GOLDMAN, A. Group knowledge versus group rationality: two approaches to social epistemology. *Episteme: A Journal of Social Epistemology* 1 (2), 2004, p. 11-22.

³¹ CETINA, K.K., *Epistemic Cultures: How the Sciences Make Knowledge*. Cambridge: Harvard Univ. Press, 1999. GIERE, R.N. “Scientific Cognition as Distributed Cognition.” In: CARRUTHERS, P.; STITCH, S.; SIEGAL, M. (Eds). *Cognitive Bases of Science*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

³² GOLDMAN, A. Group knowledge versus group rationality: two approaches to social epistemology. *Episteme: A Journal of Social Epistemology* 1 (2), 2004, p. 11-22.

³³ LIST, C. “Group Knowledge and Group Rationality”. In: GOLDMAN, A.; WHITCOMB, D. (ed). *Social Epistemology: Essential Readings*. Oxford: Oxford University, 2011. p. 221-241. P. 239.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.6 – Nº.1	Junho 2013	p.65-78
-----------------	-------------------	--------------	--------------	---------------	---------

instituições, mostramos, num primeiro momento, uma série de impasses que tal projeto possui ao se manter em continuidade com a epistemologia tradicional. Especialmente sobre o conceito de crença uma vez que esse exige duas características: trata-se de um estado mental e disposicional. Uma vez que grupos não possuem mentes e uma vez que a noção de crença é avessa a vontade (o problema do voluntarismo doxástico), isso implica em um ceticismo sobre uma epistemologia de grupos³⁴.

Num segundo momento consideramos que a discussão sobre crenças coletivas pode ser trabalhada considerando o modo como grupos decidem sobre uma proposição. Ainda que possamos considerar outros modos de decisão, ainda assim, podemos supor que cabe uma análise epistêmica que leve em conta os critérios de decisão que implicam na produção de uma proposição por um grupo. Nesse sentido avaliamos o dilema discursivo que mostra um paradoxo sobre critérios de decisão em grupos.

A partir desse problema consideramos a estratégia de Christian List que relaciona o modo como o grupo se agrega e o desenvolvimento das metas epistêmicas. Além disso, a estratégia de agregação proposta por prova a possibilidade de unificar as metas de racionalidade e de conhecimento para os grupos em geral. Por outro lado, a aplicabilidade e magnitude de cada efeito depende do grupo e da tarefa em questão. Nesse sentido está aberta a possibilidade para análises empíricas dos dados considerados uma vez que os fatores contingentes como a disposição de recursos temporais ou materiais, assim como a determinação da atividade específica são pontos que podem vir a mostrar resultados mais abrangentes da interação epistêmica.

Cabe notar uma comparação entre a proposta aqui discutida e o trabalho de Kevin Zollman³⁵ sobre como se relacionam o modo como os grupos científicos se agregam e a influência disso no desenvolvimento das metas epistêmicas. Na esteira da abordagem de uma Epistemologia Social de Orientação Sistêmica focada na estrutura das comunidades epistêmicas, que pergunta “given a certain assumptions about the individuals in communities, what sort of community structures best serve the epistemic aim of that community?”, a questão central em seu artigo é “what is the best way for information to be transmitted?”³⁶.

O autor irá, então, formular modulações entre a formação dos grupos, relacionando fatores como distribuição da informação, divisão entre trabalho de especialistas e relação de troca evidencial. Em suas análises sobre a estrutura informacional na relação com modo de agregação, apresenta dados que analisam grupos científicos, uma vez que esses tem como meta principal aquelas de ordem

³⁴ Se não um ceticismo, uma definição demasiada estreita que irá atribuir legitimidade epistêmica a poucos (se algum) grupos. Notamos essa dificuldade em MULLER, F. M. “Conhecimento de Grupo”. In: MULLER, F. M.; RODRIGUES, T. (orgs). Epistemologia social: dimensão social do conhecimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012b. P. 118-136.

³⁵ ZOLLMAN, K.J.S. The Communication Structure of Epistemic Communities. In: GOLDMAN, A.; WHITCOMB, D. (ed). *Social Epistemology: Essential Readings*. Oxford: Oxford University, 2011. p. 338-350.

³⁶ ZOLLMAN, K.J.S. The Communication Structure of Epistemic Communities. In: GOLDMAN, A.; WHITCOMB, D. (ed). *Social Epistemology: Essential Readings*. Oxford: Oxford University, 2011. p. 338-350. P. 338.

epistêmica: aumentar proposições verdadeiras e afastar proposições falsas. Nesse sentido, segundo o autor, grupos que estão mais conectados, possuem troca de informação mais rápida e, portanto, são mais propícios a terem uma velocidade de produção maior. Contudo, quando grupos buscam maior precisão, deve-se visar um trabalho mais isolado.³⁷

São também dignas de nota as dificuldades que Cass Sunstein³⁸ aponta e que não dizem respeito ao modo como o grupo se organiza institucionalmente, mas aos processos de decisão que estão aí implicados. Isso mostra que deve-se considerar não somente a estrutura institucional, mas as instâncias de decisão.

Em suma, tais análises indicam que a Epistemologia Social pode e deve debruçar-se sobre o modo como as instituições se agregam, levando em conta, principalmente, aquelas propriedades epistêmicas relacionadas com a aquisição de verdades e o afastamento de falsidades. Nesse sentido pensamos que tal empreitada se encontra justificada, com vistas à ampliação da discussão.

Referências Bibliográficas

- ALSTON, W. “The Deontological Conception of Epistemic Justification”. In: ALSTON, W. *Epistemic Justification; Essays in the Theory of Knowledge*. Ithaca: Cornell University Press, 1989. P. 115-152.
- CETINA, K.K. *Epistemic Cultures: How the Sciences Make Knowledge*. Cambridge: Harvard Univ. Press, 1999.
- COHEN, L. J. *An essay on belief and acceptance*. Oxford: Clarendon Press, 1992.
- ENGEL, P. “On the very ideia of epistemic agency”. In: CARO, M; EGIDI, R. *The architecture of Knowledge: epistemology, agency and science*. Roma: Roma Tre Università Degli Studi, 2010. p. 135-157.
- _____. “Trust and the doxastic family” In: *Philosophical Studies*. 161 (1), 2012, p. 17-26.
- FALLIS, D. 2007. “Collective Epistemic Goals”. *Social Epistemology*. Vol. 21, No. 3, p. 267–280.
- GIERE, R.N. “Scientific Cognition as Distributed Cognition.” In: CARRUTHERS, P.; STITCH, S.; SIEGAL, M. (Eds). *Cognitive Bases of Science*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- GILBERT, M. *On social facts*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1989.
- _____. “Collective belief and scientific change.” In *Sociality and responsibility: New essays in plural subject theory*. GILBERT, M. (Ed) Lanham, MD: Rowman and Littlefield Publisher, 2000.
- _____. “Collective Epistemology”. *Episteme: A Journal of Social Epistemology* 1 (3), 2004, p. 95-107.
- GOLDMAN, A. *Knowledge in a Social World*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- _____. Group knowledge versus group rationality: two approaches to social epistemology. *Episteme: A Journal of Social Epistemology* 1 (2), 2004, p. 11-22

³⁷ “In circumstances where speed is very important or where we think that our initial estimates are likely very close to the truth, connected groups of scientists Will be more reliable. On the other hand, when we want accuracy above all else, we should prefer communities made up of more isolated individuals” (ZOLLMAN, 2011, p. 348)

³⁸ SUNSTEIN, C. “Deliberation Groups versus Prediction Markets (or Kayek’s Challenge to Habermas). In: GOLDMAN, A.; WHITCOMB, D. (ed). *Social Epistemology: Essential Readings*. Oxford: Oxford University, 2011. p. 314-337.

- _____. “Why social epistemology is real epistemology”. In: HADDOCK, A; MILLAR, A; PRITCHARD, D. (Eds.). *Social Epistemology*. Oxford. Oxford UP, 2010. p. 1-28
- _____. “A Guide to Social Epistemology”. In: GOLDMAN, A.; WHITCOMB, D. (ed). *Social Epistemology: Essential Readings*. Oxford: Oxford University, 2011. p. 11-37.
- GOLDMAN, A.; WHITCOMB, D. (ed). *Social Epistemology: Essential Readings*. Oxford: Oxford University, 2011.
- HADDOCK, A; MILLAR, A; PRITCHARD, D. (Eds.). *Social Epistemology*. Oxford. Oxford UP, 2010.
- HAKLI, R. “On the possibility of group knowledge without belief”. *Episteme: A Journal of Social Epistemology* 4 (2), 2007, p. 249-266.
- KUSCH, Martin. *Knowledge by agreement: The programme of communitarian epistemology*. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- LACEY, H. “Aspectos cognitivos e sociais das práticas científicas”. *Scientiae Studia*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 83-96, 2008
- LIST, C.; PETTIT, P. “Aggregating sets of judgments: an impossibility result”. In: *Economics and Philosophy*, 18 (1), 2002, p. 89-110.
- _____. “Aggregating Sets of Judgments: Two Impossibility Results Compared”. In: *Synthese*, 140 (1-2), 2004, p. 207-235.
- LIST, C. “Group Knowledge and Group Rationality”. In: GOLDMAN, A.; WHITCOMB, D. (ed). *Social Epistemology: Essential Readings*. Oxford: Oxford University, 2011. p. 221-241.
- MATHIESEN, K. The Epistemic Features of Group Belief. *Episteme*, 2, pp 161-175, 2006.
- MULLER, F. M. ‘Conhecimento Coletivo em Perspectiva’. In BAVARESCO, A.; RODRIGUES, T; VILLANOVA, M. (Orgs.). *Projetos de Filosofia II*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012a. PP. 68-91.
- MULLER, F. M. “Conhecimento de Grupo”. In: MULLER, F. M.; RODRIGUES, T. (orgs). *Epistemologia social: dimensão social do conhecimento*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012b. P. 118-136
- PETTIT, P. *Rules, Reasons and Norms*. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- ROLIN, K. 2008. “Science as Collective Knowledge”. *Cognitive Systems Research* 9(1-2), p. 115- 124.
- SCHMID, H.B.; SIRTES, D.; WEBER, M. (Eds.) *Collective Epistemology*. Frankfurt: Ontos, 2011.
- SCHMITT, F. “The Justification of Group Beliefs”. In SCHMITT, F. (Ed.). *Socializing Epistemology*. Lanham/MD: Rowman and Littlefield, 1994, p. 257-287.
- _____. ‘Socializing Metaphysics: An Introduction’. In SCHMITT, F. (Ed.). *Socializing Metaphysics: The Nature of Social Reality*. Lanham, MD: Rowman and Littlefield, 2003
- SCHMITT, F. (Ed.). *Socializing Epistemology*. Lanham/MD: Rowman and Littlefield, 1994
- STALEY, K. W. “Evidential Collaborations: Epistemic and Pragmatic Considerations in ‘Group Belief’”. *Social Epistemology* 21(3), 2007, p. 321-35.
- SUNSTEIN, C. “Deliberating Groups versus Prediction Markets (or Kayek’s Challenge to Habermas). In: GOLDMAN, A.; WHITCOMB, D. (ed). *Social Epistemology: Essential Readings*. Oxford: Oxford University, 2011. p. 314-337.
- TOLLEFSEN, D. “Collective epistemic agency”. *Southwest Philosophy Review* 20 (1), 2004, p. 55-66.
- TUOMELA, R. “Group Knowledge Analyzed”. *Episteme: A Journal of Social Epistemology* 1 (3), 2004, p. 109-127.

WRAY, K. B. 2007. “Who Has Scientific Knowledge?” *Social Epistemology* 21(3), p. 337–47.

ZOLLMAN, K.J.S. The Communication Structure of Epistemic Communities. In: GOLDMAN, A.;

WHITCOMB, D. (ed). *Social Epistemology: Essential Readings*. Oxford: Oxford University, 2011. p. 338-350.